

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/02/2020

- [CNJ pactua ações para sistema socioeducativo em São Paulo](#)
- [Cursos sobre primeira infância chegam a todo o país](#)
- [Ouricuri e Salgueiro - nova rodada de encontros da rede de proteção](#)
- [Tudo pronto para o desfile do Boi Treloso, da Funase](#)

Assunto: CNJ pactua ações para sistema socioeducativo em São Paulo

Fonte: CNJ

Data: 13/02/2020



Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desembarcaram em São Paulo na última semana para uma série de reuniões objetivando o desencadeamento de ações para o fortalecimento do sistema socioeducativo e a construção de parcerias locais a partir das ações do programa Justiça Presente. As agendas no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e na Fundação Casa (ligada à Secretaria Estadual de Justiça e que presta atendimento a adolescentes em conflito com a lei) teve como uma das principais pautas as preocupações com a coleta e gerenciamento de dados.

Participaram da missão o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek; o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi; o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Antonio Tavares; o coordenador do Justiça Presente para o sistema socioeducativo, Cláudio Vieira; a coordenadora do DMF/CNJ Renata Laurino; e a coordenadora estadual do Justiça Presente em São Paulo, Tania Pinc.

Durante reunião no TJSP, da qual participaram o coordenador e o vice coordenador de Infância e da Juventude (CIJ) da corte, desembargadores Reinaldo Cintra Torres de Carvalho e Ademir de Carvalho Benedito, acertou-se a construção de um plano de trabalho conjunto com o CNJ, prevendo, inclusive, testar a implantação de um Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) no interior do Estado. O NAI é um equipamento público que reúne serviços diversos, como atendimento jurídico e psicossocial. Durante a reunião também foram apresentados dados, estudos e discutidos propostas para ações futuras.

Após a reunião, o secretário-geral do CNJ elogiou a disposição da Corte paulista para o trabalho conjunto. “São Paulo concentra quase metade de todos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do país. Trabalhar com os dados e insumos que vêm de Estado, na perspectiva de soluções conjuntas que permitam aperfeiçoar as intervenções do Estado ao longo de todo o ciclo socioeducativo, é uma ação significativa e extrema importância para todo o país”, afirmou o desembargador Carlos Vieira von Adamek.

Para o coordenador do DMF/CNJ, as atividades e a troca de informações que estão sendo trabalhadas com São Paulo proporcionarão mais qualidade para todo o projeto socioeducativo no país, em particular fortalecendo o Justiça Presente. “Demanda antiga é saber mais sobre quem são os adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e qual é o desenho atual do sistema socioeducativo no país. Ter a exata impressão desse contexto é uma forma de se dialogar melhor e permitir a construção de novas pontes para que os adolescentes, enquanto pessoas em desenvolvimento e que mal experimentaram a vida, tenham oportunidades concretas de (re)construir e (re)significar suas trajetórias, habilitando-os ao pleno desfrute e exercício da cidadania.”

O juiz auxiliar da presidência do CNJ e responsável pelas ações do socioeducativo no Justiça Presente, Antonio Tavares, destacou a abertura para a interlocução com os diversos órgãos paulistas e a importância da integração do Judiciário para o compartilhamento de dados da gestão do sistema socioeducativo no país. “O Justiça Presente tem, dentre muitas intenções e objetivos, vocação para qualificar a gestão de dados no poder judiciário. Para tanto, precisamos não só saber captar como também atualizar essas informações, tê-las facilmente manejáveis, seja para o CNJ seja para o magistrado na ponta, permitindo-nos fomentar políticas adequadas para intervir, eficazmente, sobre a realidade”, explicou.

O Justiça Presente é um programa desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para superar problemas estruturais dos sistemas penal. Um dos eixos do programa desenvolve ações específicas para o sistema socioeducativo. A responsabilização de adolescentes é diferente de adultos, eis que prioriza a via pedagógica e a utilização de mecanismos que permitam o rompimento com os atos infracionais, sempre com apoio da família e do Estado.

Também participaram da agenda no TJSP a juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP Mônica Gonzaga Arnoni (Infância e Juventude); o juiz diretor do Fórum das Varas Especiais da Infância e da Juventude e integrante da CIJ, Raul Khairallah de Oliveira e Silva; a juíza coordenadora do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (Deij), Cindy Covre Rontani Fonseca; os juízes integrantes da CIJ e do Grupo Gestor da Justiça Restaurativa do TJSP, Egberto de Almeida Penido e Marcelo Nalesso Salmaso.

Executivo

Na terça-feira (5), os representantes do CNJ se reuniram com a secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Berenice Gianella, para debater melhorias no sistema de vagas dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da capital. Entre as propostas do encontro está a criação de um banco de dados para melhor controle do sistema de vagas e ampliação do acompanhamento de adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Em reunião com o presidente da Fundação Casa e secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Paulo Dimas Mascaretti, foram apresentadas as ações do Justiça Presente e estudada a possibilidade de desenvolvimento de estudos conjuntos. “Todos os parceiros se mostraram dispostos ao engajamento com essa agenda, abrindo oportunidades para ações inovadoras em suas respectivas áreas de atuação. Essas tratativas projetam um futuro profícuo para o Justiça Presente em São Paulo”, analisou Tania Pinc ao fim da missão.

Cláudio Vieira, coordenador do Justiça Presente para o socioeducativo, adianta algumas das pactuações estabelecidas na missão, como o convite para o CNJ participar de grupo

interinstitucional de acompanhamento do meio aberto na cidade de São Paulo, além de acesso aos trabalhos realizados pelo TJ no Fórum do Brás, que reúne seis Varas Especiais da Infância e Juventude. “Temos uma perspectiva concreta de trabalho no Estado. Nos próximos dias construiremos planos de trabalho a partir do planejamento geral do eixo socioeducativo do Justiça Presente”, explica.

Socioeducativo

No Brasil, dados mais recentes do governo federal indicam que cerca de 150 mil adolescentes entre 12 e 18 anos cumprem medidas socioeducativas por terem cometido algum ato infracional, sendo que pelo menos 24 mil se encontram em privação de liberdade. No entanto, a dificuldade na gestão de sistemas de informação, as falhas na articulação entre atores e os desafios na consolidação de estruturas e fluxos adequados acabam desvirtuando o funcionamento de um sistema que deveria promover a autonomia e a emancipação desses adolescentes, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e digna para todos.

Desde julho de 2019, o sistema socioeducativo tornou-se mais um dos focos do programa Justiça Presente. São diversas ações previstas, que vão desde antes de o adolescente ingressar no sistema socioeducativo até a garantia de direitos para os que estão internados e voltarão ao convívio social. O foco é garantir acesso à educação e à qualificação profissional, assim como o acompanhamento constante durante a internação e o reforço a laços familiares e comunitários.

Assunto: Cursos sobre primeira infância chegam a todo o país

Fonte: CNJ

Data: 13/02/2020



Até o final do primeiro semestre, o Conselho Nacional de Justiça vai capacitar 1,5 mil operadores do Direito para aplicarem as normas que garantem o desenvolvimento integral de crianças de zero a 6 anos nos campos psicológico, social, legal, administrativo e processual. O curso semipresencial *Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas* é ação integrante do Pacto Nacional pela Primeira Infância, projeto coordenado pelo CNJ.

Ao todo, são 30 turmas com número de vagas limitadas. A qualificação é voltada para magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados, delegados, agentes de polícia e equipes psicossociais.

A primeira turma da fase presencial foi realizada em São Paulo, no final do ano passado. Nos dias 6 e 7 de fevereiro, foi realizada a primeira turma do curso em 2020, no Rio de Janeiro. Nesta quinta e sexta, dias 13 e 14 de fevereiro, o treinamento chega ao Espírito Santo. Em março, é a vez de Tocantins (11 e 12), Rio Grande do Sul (13 e 14), Pará (16 e 17), Alagoas (19 e 20), Paraíba (23 e 24) e Santa Catarina (26 e 27) receberem o curso.

CURSO
Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas
Calendário da etapa presencial

REALIZADOS	CONFIRMADOS	
São Paulo 14 e 15/10/2019	Tocantins 11 e 12/03	Alagoas 19 e 20/03
Rio de Janeiro 6 e 7/02/2020	Rio Grande do Sul 13 e 14/03	Paraíba 23 e 24/03
Espírito Santo 13 e 14/02/2020	Pará 16 e 17/03	Santa Catarina 26 e 27/03

Inscrições: www.cnj.jus.br

Fonte: CNJ. Arte: SCS/CNJ 2020.

Após a fase presencial, os alunos ainda participam do treinamento à distância, com 24 horas/aula de conteúdo, além de 6 horas/aula dedicadas à elaboração de um plano de ação. Ao término, é emitido Certificado de Conclusão, que pode ser usado para fins de vitaliciamento e promoção de magistrados.

O curso foi desenvolvido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud) do CNJ, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamentos de Magistrados (Enfam). Os interessados podem acompanhar a abertura das vagas em cada estado no endereço abaixo:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/capacitacao/>

Assunto: Ouricuri e Salgueiro - nova rodada de encontros da rede de proteção

Fonte: MPPE

Data: 13/02/2020



O Projeto Caops em Ação Infância, Juventude e Educação dá início às atividades do ano de 2020, com realizações de dois encontros nos municípios de Ouricuri e Salgueiro (Sertão do Araripe), nos dias 10 e 11, respectivamente, com promotores de Justiça da Infância e da Educação, os recém-empossados conselheiros tutelares, representantes dos conselhos municipais e gestores e equipes interprofissionais da rede de atenção e proteção dos municípios da 1ª Circunscrição Ministerial (sede em Salgueiro).

Nas duas ocasiões, houve a escuta com quem mais está em contato com famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a elaboração do mapeamento das principais necessidades das crianças e adolescentes, bem como na área da educação. Esse mapeamento tem por objetivo orientar os promotores de Justiça a aprimorar a atuação. Esses encontros com representantes da rede de proteção, da área de educação e o MPPE também se propõem a fornecer informações para melhorar o desempenho da atuação dos conselheiros tutelares, que foram eleitos em outubro de 2019 e tomaram posse nos cargos no início deste janeiro. “A retomada do *Caops em Ação* visa principalmente uma nova rodada de conversa com a rede de proteção, especialmente pela renovação de um dos eixos desta rede, os novos conselheiros tutelares”, explicou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação, promotor de Justiça Sérgio Souto.

Após a explanação dos temas, nos dois encontros, foram abertos espaços para falas dos participantes, com o objetivo de promover a troca de conhecimentos, com o fito de se construir o mapeamento mais próximo da realidade enfrentada, priorizando as demandas e necessidades locais identificadas. “Nesses dois dias, o projeto institucional conseguiu uma fantástica adesão de representantes dos municípios do Sertão do Araripe, conversando com toda rede, cujas plenárias tiveram a presença de mais de 150 pessoas”, destacou Guilherme Lapenda, coordenador do Caop Infância.

Em Ouricuri (dia 10), o encontro ocorreu no auditório do Centro Esportivo Unificado (CEU), com a participação de 70 pessoas inscritas. Para o promotor de Justiça com atribuição na Infância e Educação de Ouricuri, Thiago Gonzalez, “essa proximidade com os conselheiros

tutelares fortalece a rede, bem como o compartilhamento do conhecimento dos coordenadores dos Caops contribui para o empoderamento da atuação deles. Também, enquanto promotor, essa proximidade colabora na discussão dos casos mais emblemáticos para tentar encontrar a melhor solução”.

No dia seguinte, em Salgueiro, o evento foi realizado no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, reunindo mais de 70 participantes. “O evento reforçou o que já estamos construindo desde o ano passado junto aos conselheiros, principalmente na questão da autonomia deles para tomar as medidas protetivas cabíveis, sem esperar tanto a anuência do MP”, ressaltou o promotor de Justiça de Moreilândia, Jairo Alencar. Por sua vez, o promotor de Justiça Criminal de Salgueiro, Michel Campelo, destacou que o encontro, além de estreitar o contato com a rede de proteção, ajuda aos novos conselheiros empossados a entender a sua função, atribuição, toda a rede que compõe, quando temos a chegada de novos conselheiros em seu primeiro mandato”.

Após os eventos, os coordenadores dos Caops reuniram-se com os promotores de Justiça, "ocasião em que alguns projetos foram abraçados, dentre eles, Construindo Pontes (que trata sobre educação inclusiva) e Família Acolhedora (que trata de uma modalidade de acolhimento)", relatou Sérgio Souto.

Além de representantes da rede de proteção, gestores e promotores de Justiça de Ouricuri e Salgueiro, estiveram presentes também dos municípios de Araripina, Bodocó, Granito, Exu, Ipubi, Santa Cruz e Santa Filomena, no primeiro dia (10), e Moreilândia, Parnamirim, Serrita, Cedro, Terra Nova, Trindade e Verdejante, no segundo dia (11).

Projeto institucional - O MPPE Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vem realizando encontros com conselheiros e conselheiras tutelares desde o final de novembro passado. Já foram contemplados os municípios de Nazaré da Mata, Carpina, e encerrando as atividades de 2019, em Petrolina. “A meta até junho deste ano é concluir todas as Circunscrições Ministeriais”, pontua o coordenador do Caop Educação.

Assunto: Tudo pronto para o desfile do Boi Treloso, da Funase

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 13/02/2020



O Bloco Boi Treloso ganhará as ruas do Bairro do Recife **nesta sexta (14)**. O oitavo ano do desfile será marcado por maracatu, ciranda e coco. A expectativa é de que cerca de 200 pessoas participem, entre jovens das Casas de Semiliberdade (Casem) da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), funcionários da instituição e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), à qual a Funase é ligada. A concentração será **às 17h**, na Rua do Apolo, em frente à Di Branco Recepções.

O bloco surgiu como uma brincadeira modesta, com um boi feito de papelão por iniciativa de funcionários da Casem Caruaru, no Agreste de Pernambuco. Depois do primeiro desfile, que ocorreu no município, a ação despertou o interesse de outros setores da Funase. O símbolo do bloco continuou sendo preparado em Caruaru, mas, desde o segundo ano, o desfile passou a ocorrer no Recife. Atualmente, socioeducandos de cinco das oito Casas de Semiliberdade da instituição acompanham a saída do bloco.

Desde 2019, o boi passou a ser feito de papel machê e ficou bem mais leve que antes, quando era de madeira. A ação foi possível por meio de uma parceria com o artesão Antônio Alexandre da Silva, de Bezerros, e da participação de socioeducandos, que ajudaram a enfeitar a estrutura. Para o Carnaval de 2020, o boi recebeu alguns retoques nas cores e já está pronto para a folia.

“Desde o início do bloco, ajudo nesse processo de preparação, instruindo também os socioeducandos na parte artística. Neste ano, por questões de logística, trouxemos o boi para ser preparado no Recife, mas o desfile terá o toque e a participação especial dos adolescentes das casas, como tem ocorrido todos os anos”, afirma a oficineira Maria do Rosário, da Casem Caruaru.

A coordenadora da unidade, Anabel Brandão, explica que o propósito da atividade é viabilizar o acesso dos socioeducandos à cultura, algo previsto na legislação que rege o processo socioeducativo. “Eles atuam com artesanato, no momento em que se envolvem na preparação do boi, e acompanham todo o processo até o desfile, que dialoga diretamente com a cultura popular. É uma atividade que mistura cultura, tradição, alegria e que é, sobretudo, educativa para os nossos adolescentes”, afirma.

Nesta edição, os abadás dos foliões foram confeccionados com recursos arrecadados em um bazar. Já a parte musical terá a participação de mais de 50 integrantes do Maracatu Fantástico Cabra Alada, que prestigia a ação cultural há quatro anos. “O Boi Treloso 2020 está mais carregado de solidariedade do que nunca. Os funcionários da instituição e os integrantes do Cabra Alada se envolveram para garantir que o bloco, que é uma tradição da Semiliberdade da Funase, saísse por mais um ano. Estamos muito felizes com o resultado e ansiosos pelo desfile”, declara a assessora técnica de Casas de Semiliberdade da Funase, Vitória Barros.